

ANEXO I DO EDITAL N.º 11.01/2024 – ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA**CARGO: ADVOGADO****QUESTÃO 01**

Você, na qualidade de Advogado da Câmara Municipal de Campo do Tenente/PR, recebeu um requerimento do presidente da câmara solicitando a elaboração de um parecer técnico-jurídico sobre a constitucionalidade e legalidade de um projeto de lei municipal.

O projeto de lei em questão visa regulamentar o comércio ambulante no município, impondo diversas obrigações aos vendedores, como a necessidade de licença prévia, a definição de áreas específicas para atuação e a cobrança de taxas para obtenção de licenças.

Especificamente, o projeto de lei prevê:

- A exigência de uma licença prévia para todos os vendedores ambulantes.
- A definição de áreas específicas onde o comércio ambulante é permitido.
- A cobrança de uma taxa mensal de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para a obtenção da licença, com a justificativa de custear a fiscalização e manutenção das áreas designadas para o comércio.

Para a fundamentação jurídica, atente-se ao que prevê a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, considerando os seguintes aspectos:

- a) Análise da constitucionalidade do projeto de lei.
- b) Análise da legalidade do projeto de lei.
- c) Possíveis impactos sociais e econômicos da regulamentação proposta.
- d) Sugestões de eventuais modificações ou melhorias ao projeto de lei.

Para melhor avaliação, considere tratar-se de um Município pequeno, cuja população total era de 7 894 habitantes na estimativa IBGE/2018.

Seu parecer deve ser claro, objetivo, redigido dentro da norma culta da língua portuguesa e conter entre 30 e 100 linhas.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Espera-se que o candidato apresente uma resposta no formato de Parecer, com os elementos de introdução:

Cabeçalho: Identificação do órgão solicitante; Número do parecer; Data.

Ementa: Breve resumo do conteúdo e do objetivo do parecer.

Relatório: Exposição dos fatos e antecedentes, indicação do objeto do parecer e descrição do contexto legal e administrativo.

Fundamentação: Para a fundamentação, o candidato deverá realizar uma análise dos seguintes pontos:

- a) *Análise da constitucionalidade: Verificação da compatibilidade do projeto de lei com a Constituição Federal, incluindo princípios como a livre iniciativa, a igualdade, e a competência legislativa.*
- b) *Análise da legalidade: Avaliação da conformidade do projeto de lei com a legislação infraconstitucional, como o Código de Posturas do Município, o Código de Defesa do Consumidor, e outras normas pertinentes.*
- c) *Impactos sociais e econômicos: Discussão sobre os possíveis efeitos da regulamentação proposta para os vendedores ambulantes, para os consumidores e para a economia local.*

Neste ponto, é interessante analisar a razoabilidade e proporcionalidade da taxa que se pretende instituir, justamente por tratar-se de uma taxa mensal no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), que pode inviabilizar o exercício do livre comércio pelos ambulantes e onerar a própria população, dado o tamanho do Município.

- d) *Sugestões de modificações: Neste ponto, o candidato deverá sugerir alterações no texto do projeto de lei visando a aprimorar sua eficácia, equidade e conformidade jurídica. Espera-se que o candidato sugira que seja a taxa revista, ou fundamentada em algum estudo de impacto econômico, sob pena de ser tida como abusiva.*

Conclusão: Espera-se aqui que o candidato discorra sobre a constitucionalidade, legalidade e a viabilidade jurídica do projeto de lei, mas sugira um estudo acerca da razoabilidade e proporcionalidade da taxa mensal de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) que se pretende instituir, com vistas a assegurar o exercício do livre comércio e o benefício da própria população.